



**Assembleia Legislativa do Estado do Acre
Legisla-e**

LEI ORDINÁRIA Nº 719, DE 30 DE NOVEMBRO 1980

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1981.

Data de Criação

30/11/1980

Data de Publicação

31/12/1980

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nº 3054, de 31/12/1980

Origem

Não informada

Tipo

Lei Ordinária

Temática

- Exercício Financeiro

Autoria

- Poder Executivo

Altera

- Sem Alterações

Alterada por

- Sem Alterações

Texto da Lei

LEI N. 719, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1980

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 1981.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Estado do Acre para o exercício financeiro de 1981, discriminado nos quadros anexos desta Lei, estima a Receita Geral em Cr\$ 3.561.489.000,00 (três bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil cruzeiros) e fixa a Despesa em igual importância.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, relacionada em anexo, integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1	-	RECEITAS	CORRENTES
			2.793.177.055
	R e c e i t a		
	Tributária		400.107.0
	R e c e i t a		
	Patrimonial		1.710.0
	R e c e i t a		
	Industrial		8.201.0
	T r a n s f e r ê n c i a s		
	Correntes		2.371.469.055
	R e c e i t a s		
	Diversas		11.630.0

2	-	RECEITA	DE	CAPITAL
			768.371.945	
Alienações Imóveis	de	Bens	Móveis 100.000	e
Transferência Capital			768.271.945	de
T O T A L GERAL				561.489

Art. 3º A Despesa será realizada segundo a discriminação do Anexo II que apresenta a sua composição por Função ou Órgão, conforme o desdobramento sintético a seguir:

A - DESPESAS POR FUNÇÕES

Cr\$ 1,00

Legislativa		
Judiciária		1
Administração e Planejamento	486.728.448	
Agricultura		3
Comunicações		
Defesa Nacional e Segurança Pública	341.849.424	
Desenvolvimento Regional	218.849.785	
Educação e Cultura	471.059.314	
Energia e Recursos Minerais	95.234.000	
Indústria, Comércio e Serviços	59.763.587	
Saúde e Saneamento		379.215.3
Assistência e Previdência		235.358.120

Transporte		2
Reserva de Contingência	438.728.692	
TOTAL		3.

B - DESPESA POR ÓRGÃO
Cr\$ 1,00

1 - PODER LEGISLATIVO

86.601.000

Assembléia Legislativa 78.500.000

Auditoria Geral de Contas 8.101.440

2 - PODER JUDICIÁRIO

94.576.914

Tribunal de Justiça do Estado 94.576.914

3 - PODER EXECUTIVO

3.380.310.646

Gabinete Civil 89.579.072

Gabinete Militar 2.800.264

Assessoria de Administração 665.945.560

Assessoria de Comunicação Social 11.162.115

Assessoria de Planejamento e Coordenação 657.763.920

Gabinete do Vice Governador 4.945.088

Ministério Público 9.561.000

Assessoria Parlamentar do Acre em Brasília	4.863.180	
Representação do Governo do Acre em Belém	1.952.160	
Representação do Governo do Acre em Manaus	1.564.536	
Secretaria de Educação e Cultura	25.485.240	
Secretaria da Fazenda		257.703.560
Secretaria de Desenvolvimento Agrário	283.243.690	
Secretaria de Interior e Justiça	46.474.111	
Secretaria de Transporte e Serviços Públicos	289.370.070	
Secretaria de Saúde		306.041.078
Secretaria de Segurança Pública	250.692.415	
Procuradoria Geral do Estado	11.400.000	
Secretaria de Indústria e Comércio	59.763.587	
TOTAL		3.5

Art. 4º As despesas dos órgãos da Administração Indireta e Fundações instituídas pelo Poder Público, serão discriminadas em seus orçamentos próprios, aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais deverão apresentar a mesma forma do Orçamento Geral do Estado e conter as discriminações por Funções, Programas, Subprogramas, Projetos e Atividades, constantes dos Anexos desta Lei.

Art. 5º As dotações destinadas à remuneração do Pessoal Civil e Militar do ex-território, cedido ao Estado do Acre nos termos da Lei n. 4.070/62 e Lei n. 4.711/65, serão movimentadas pela Assessoria de Administração do Gabinete do Governador.

Art. 6º O Poder Executivo é autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita.

§ 1º Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo fica autorizado a realizar operações de crédito, por antecipação da Receita, até o limite de vinte por cento do total estimado, bem assim a dar as garantias necessárias à operação.

§ 2º Para atendimento ao disposto no parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a dar como garantia, até o limite das referidas operações, inclusive os respectivos encargos financeiros, a receita proveniente do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS e das quotas do Fundo de Participação dos Estados que couberem ao Acre nos exercícios determinados para amortização dessas operações e de seus encargos financeiros, observada, a legislação aplicável especialmente o Decreto Federal n. 83.553, de 7 de junho de 1979.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de vinte e cinco por cento do total da despesa fixada nesta Lei, em conformidade com os arts. 7º e 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. A movimentação de recursos que utilize a Reserva de Contingência especificamente para atender os encargos com pessoal, bem como os provenientes de Programas Especiais do Governo Federal, não serão computados para o efeito do limite fixado neste artigo.

Art. 8º Os créditos especiais e extraordinários, autorizados no exercício financeiro de 1981, ao serem reabertos na forma do § 4º do art. 62 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 9º Fica atribuída à Assessoria de Planejamento e Coordenação do Gabinete do Governador, a competência de aprovar os quadros de detalhamento da despesa a ser realizada pelos órgãos da Administração Pública Estadual e constante da presente Lei.

Art. 10. O Poder Executivo, imediatamente após a promulgação desta Lei, com base nos limites nela fixados, aprovará um quadro de quotas trimestrais de despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar, as quais poderão ser alteradas durante o exercício, observados os limites da dotação e o comportamento da execução orçamentária, nos termos do Título VI, Capítulo I da Lei n. 4.320/64.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1981.

Rio Branco, 30 de novembro de 1980, 92º da República, 78º do Tratado de Petrópolis e 19º do Estado do Acre.

JOSÉ FERNANDES DO RÊGO

Governador do Estado do Acre, em exercício